

07/16

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA "AUDITORIA E PREN NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO DE BOTICAS"

No dia vinte e quatro, do mês de junho, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 1ZY7, válido até 23/09/2019.

SEGUNDO:

INOVOLT, ESTUDOS E OBRAS DE ELETRICIDADE, LDA. sede na rua José António Cruz, 86, r/c, esqº, 4715-343 Braga, NIF e matrícula 507 432 703, da conservatória do Registo Comercial de Braga, neste ato legalmente representada por **Henrique Manuel D'Além Ferreira**, cartão de cidadão n.º 08116029 1ZY7, válido até 23/09/2019, qualificação e poderes verificada pela certidão conforme consulta efetuada no sítio da internet <https://portaldadaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços para Auditoria e PREN na Iluminação Pública do Concelho de Boticas, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 15 de junho de 2016, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 03 de junho de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.^a

Prazo de Execução

O serviço será executado no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.^a

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.^a, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Quinze mil, trezentos e cinquenta euros (15.350,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.^a

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.^a

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 1072, compromisso n.º 1558 e requisição externa de despesa n.º 744.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 03 de junho de 2016.

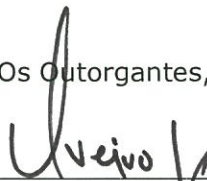

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Braga em 17 de junho de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 17 de junho de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal do gerente da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,



INOVOLT - Estudos e Obras de Electricidade, Lda
Contribuinte 507 432 703
Rua José António Cruz, 86 - R/C Esq.
4715-343 BRAGA